



# Perspectivas para o Setor Elétrico Brasileiro

*Pedro Batista*  
*pedro@pactual.com.br*  
*55 21 2514.9849*

*Abril 2003*

**PACTUAL**

---



# Situação Atual



# Situação Atual

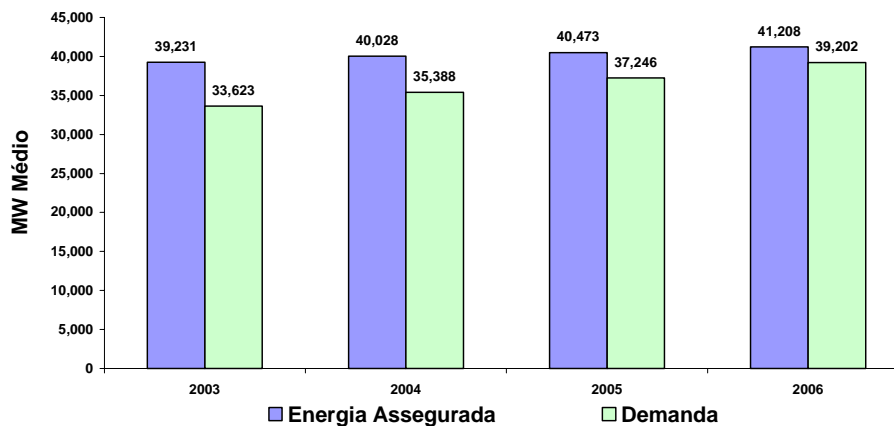
**Apesar dos Avanços pós-acionamento, Marcos Regulatório e Legal Inacabados:**

- **Revisão Tarifária Distribuidoras – Metodologia Inapropriada**
- Repasses de Custos não Gerenciáveis incompletos (R\$6.0 bi não repassados)
- **Contratação a longo Prazo: Faltam estímulos (Prazos Curtos dos Contratos e Curto Prazo não induz hedge, apesar do alto risco)**
- Indefinições Limite Repasse (Regulamentação x Aneel)
- VN Único x Subsídio ao Gás. Distorções na tarifa de Transmissão
- Novo Modelo de Formação de Preços de Curto Prazo / Oferta de Preços
- Legislação Ambiental Frágil
- Separação Distribuição x Comercialização / Revisão Estrutura Tarifária e Tributária
- Desverticalização
- Regulamentação Definitiva Subsídios Baixa renda
- **Questão Principal: Como Garantir Expansão da Oferta?**  
(.....)

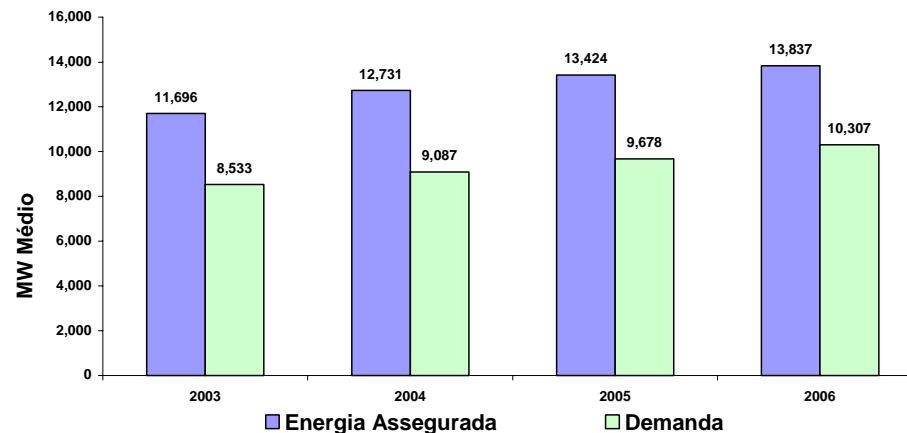
# Oferta e Demanda

Por outro lado, situação operacional confortável até 2006, com parâmetros esperados de crescimento econômico:

## Oferta e Demanda nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste

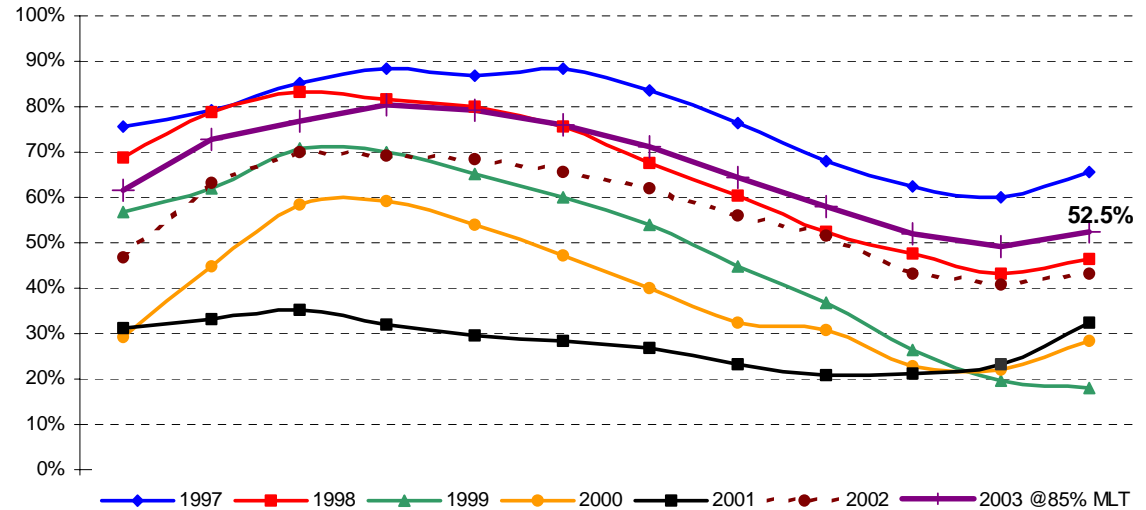


## Oferta e Demanda nas Regiões Norte e Nordeste

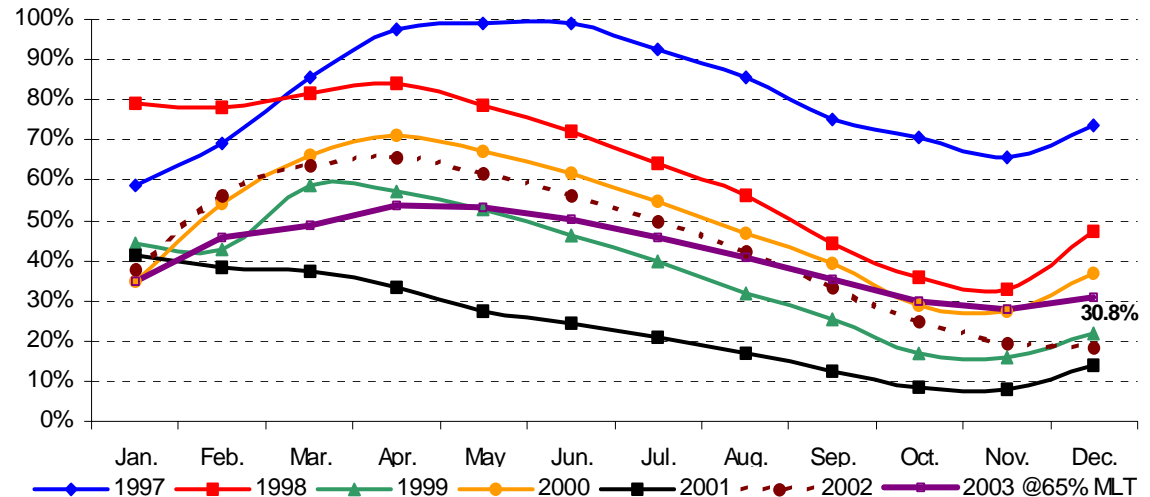


# Nível dos Reservatórios

## Evolução de Reservatórios na Região Sudeste



## Evolução de Reservatórios na Região Nordeste

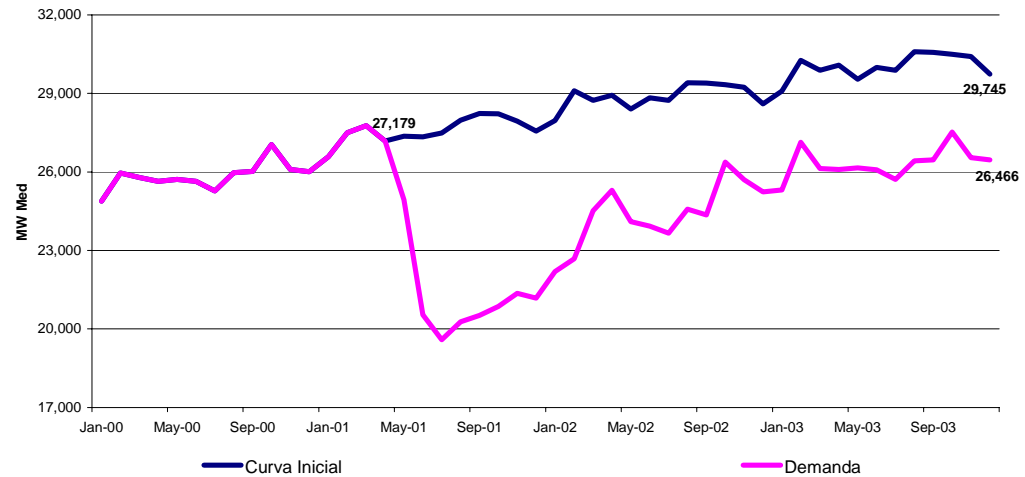


# Consumo de Energia

## Conforto operacional consequência de deslocamento de demanda

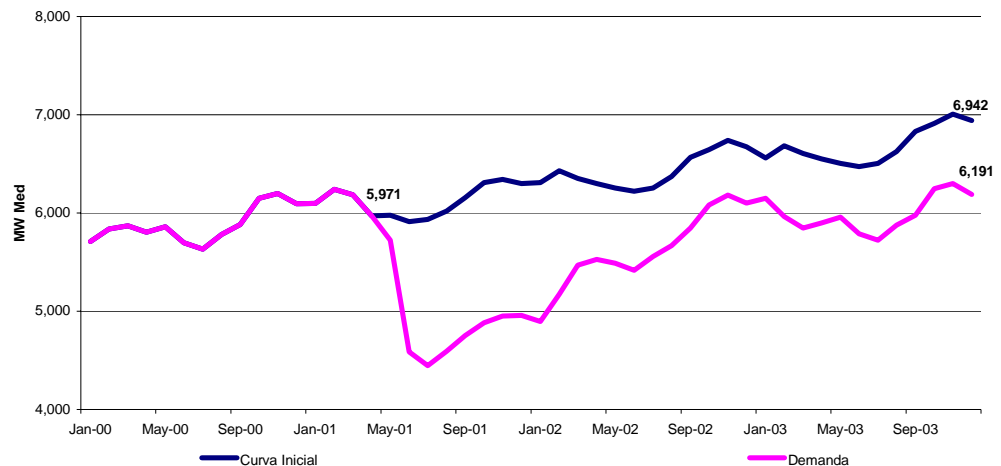
### Evolução do Consumo na Região Sudeste

Consumo 2003 4% abaixo 2001



### Evolução do Consumo na Região Nordeste

Consumo 2003 3% abaixo 2001



# Principais Desafios



# O Governo Atual

---

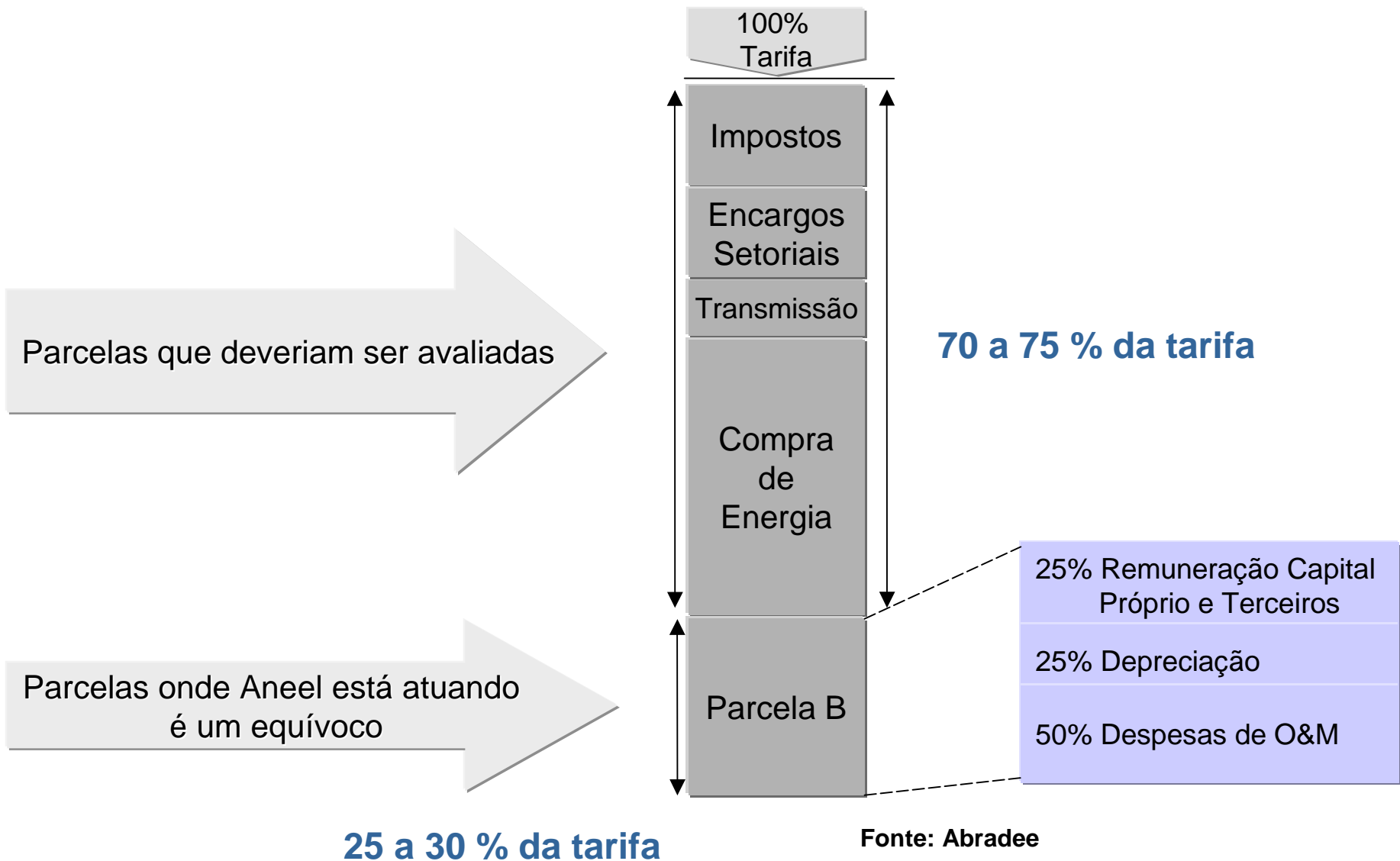
## Poucas Decisões Até o Momento:

- Apoio para aprovação lei 10.604 (Energia Federais, Subsidio Baixa Renda, leilão de compra distribuidoras, subsidio Gas)
- Autorização para Liquidação de 50% das Faturas do MAE (Questão Fiscal foi determinante) – restante após auditoria
- Reajustes Tarifários – Bom Sinal: Interior SP (26%), Pernambuco (28%)
- Interferência no processo de Revisão Tarifária – Limitou Upside mas permitiu downside;

## Sinalizações:

- **Principal: Planejamento Determinativo**
- “Single Buyer” e o Pool // Preço do MAE x Sobras
- Estado como Principal Empreendedor
- Criação Grupo de Trabalho: Mauricio Tolmasquim como Coordenador. Expectativa de Diretrizes Básicas para Discussão com Setor e a Sociedade. Implementação a partir de 2004

# Revisão Tarifária – Questão Mais Urgente



# Revisão Tarifária – Questão Mais Urgente

## Metodologia de Remuneração de Ativos é Inapropriada:

- Ignora Passado das Empresas (ex. Dívidas Alocadas antes da Privatização)
- Não Captura Ganhos de Produtividade, já que tarifas quando da assinatura do contrato não eram baseadas nessa metodologia
- Empresa “Modelo” para custos ideais é irrealista
- Premissas de Estrutura de Capital ignoram taxas de juros atuais
- Não Sinalização de respeito a regras de repasse de custos com compra de energia.

## Governo Atual: Interferência no sentido de se limitar Upside dos Vencedores

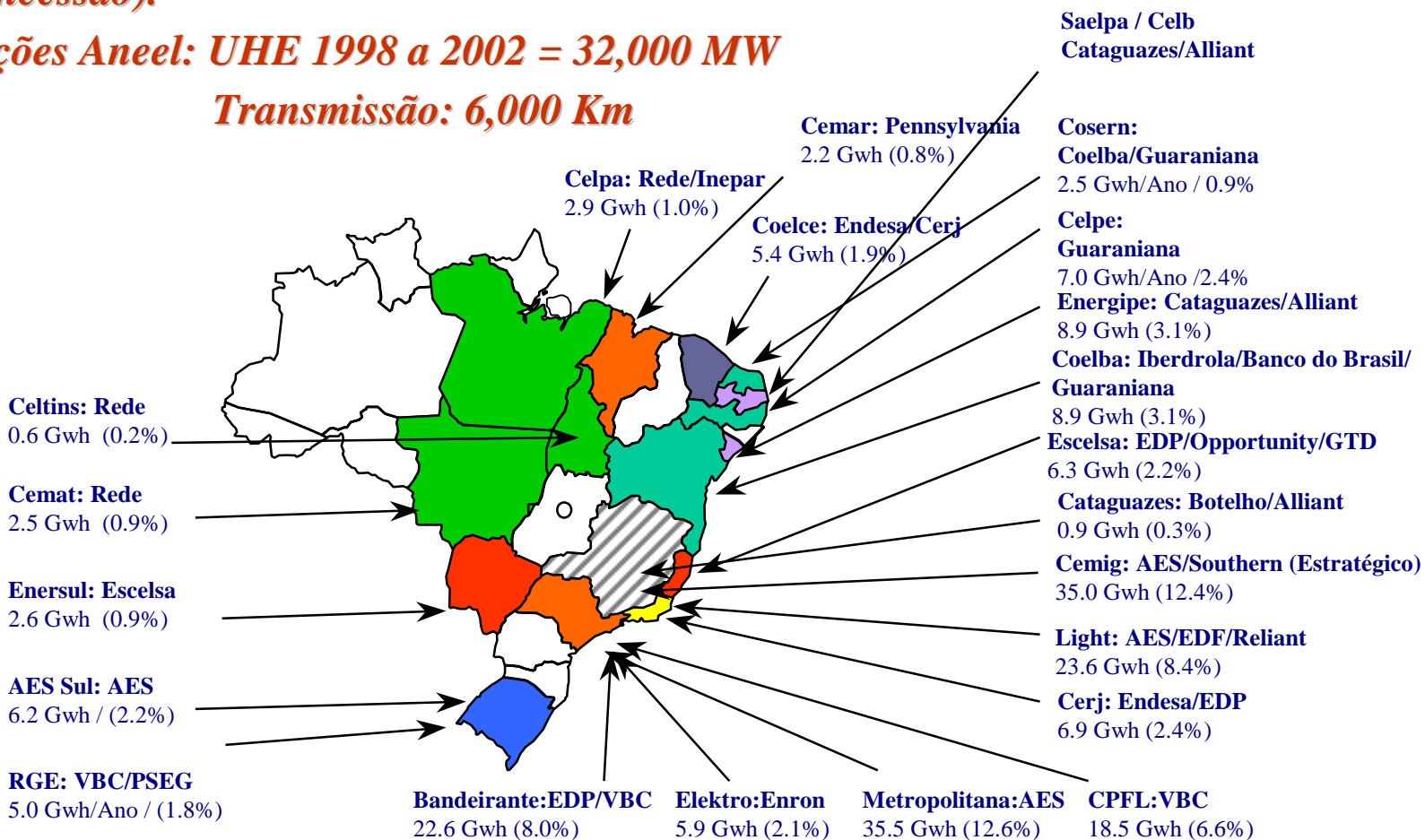
- Metodologia gerou inicialmente distorções. Empresas vencedoras com reajuste acima de IRT - escalonado. Não intervenção nas “perdedoras”, que são maioria.
- Não basta “ajustar premissas” para se chegar a número mais adequado. Metodologia clara e objetiva é o que reduz incerteza no longo prazo.

# Credibilidade

*Privatizações do Setor: US\$32.6 Bi desde 1995 (US\$21.4 Bi para contratos de concessão).*

*Licitações Aneel: UHE 1998 a 2002 = 32,000 MW*

*Transmissão: 6,000 Km*



# Questão Fiscal

- **Orçamento: Investimentos Eletrobrás = R\$ 3.9 bilhões.**  
**Hiato para investimentos necessários aprox. R\$ 8 bilhões.**  
**Necessidade de atração Capital Privado.**
- **Questão fiscal importante para estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo**

## Orçamento Fiscal 2003

Orçamento 2003	R\$ MM
Ministério da Defesa	4,451
Ministério da Educação	6,929
Ministério da Previdência e A. Social	2,442
Ministério da Saúde	22,513
Ministério dos Transportes	2,860
Ministério da Ciência e Tecnologia	1,885
Demais 21 Ministérios e Órgãos	10,129
<b>Total</b>	<b>51,208</b>

Fonte: Governo Federal & Pactual Research

# Questão Jurídica

---

## Principais Leis Ordinárias desde 1993

- 8.987/1995 – Concessão de Serviços Públicos / Equilíbrio Econômico-Financeiro
- 9074/1995 - Concessão de Serviços Energia Elétrica (PIE, Consumidor Livre)
- 9.427/1996 – Cria Aneel
- 9478/1997 - Cria CNPE
- 9648/1998 – ONS / MAE / Desregulamentação Contratos Iniciais

## Leis Mais Recentes:

- 10.604/2002 - Desverticalização D/C / Licitação Compra / Consumidores Livres / Subsidio Gas / Fundo Dividendos / Baixa Renda / Ampliação CNPE
- 10.433/2002 – MAE/Aneel
- 10.438/2002 - Acordo Geral Setor Elétrico/ Leilões/ Proinfa / CDE / RGR / CRC / Excedente Itaipu

## Outros Instrumentos:

- Decretos Presidenciais, Portarias (Conta-Gráfica)
- Contratos de Concessão
- PPA's já assinados
- Transição Aneel (2 Diretores Até Dez/2004 e 3 Até Dez/2005)

# Questão Política

## Principais Empresas sob Controle Estadual:

**Cemig – Minas Gerais – PSDB**

Copel – Paraná – PMDB

Cesp – São Paulo – PSDB

EMAE – São Paulo – PSDB

Transmissão Paulista – PSDB

Celesc- Santa Catarina – PMDB

**CEEE – Rio Grande do Sul – PMDB**

Ceal – Alagoas – PSB

CEB – Distrito Federal - PMDB

Celg ? – Goiás - PSDB

Estados detentores de ativos de energia elétrica **não controlados pelo PT.**  
Com exceção de Alagoas, todos são controlados por **PSDB/PMDB.**  
Questão fiscal dos estados será crítica na discussão.

# Conclusão



# Ponto Crucial para “Novo Modelo”

- Investimento privado no setor depende da evolução do marco regulatório. Bancabilidade dos Projetos é o Ponto Essencial.

